

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS.  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO

**MARIA DE FÁTIMA DA SILVA GALVÃO NOLETO**

**A COBERTURA DO “MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO” NO  
JORNAL DO DIA (1968-1973):  
um estudo de caso**

São Luís

2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS.  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO

**MARIA DE FÁTIMA DA SILVA GALVÃO NOLETO**

**A COBERTURA DO “MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO” NO  
JORNAL DO DIA (1968-1973):  
um estudo de caso**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Maranhão da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, como requisito parcial para obtenção do grau Especialista em História do Maranhão.

São Luís

2006

Noleto, Maria de Fátima da Silva Galvão

A cobertura do “milagre econômico brasileiro” no Jornal do Dia (1968-1973): um estudo de caso. / Maria de Fátima da Silva Galvão Noleto. – São Luís, 2006.

55 f.

Monografia (Especialização em História do Maranhão) – Universidade Estadual do Maranhão, 2005.

1. Imprensa. 2. Milagre brasileiro. 3. Maranhão. I. Título.

CDU: 070.11”1968/1973” (812.1)

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA GALVÃO NOLETO

**A COBERTURA DO “MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO” NO  
JORNAL DO DIA (1968-1973):**  
um estudo de caso

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em  
História do Maranhão da Universidade Estadual do Maranhão –  
UEMA, como requisito parcial para obtenção do grau  
Especialista em História do Maranhão.

Aprovada em: 7/1/06

BANCA EXAMINADORA



Profº Ms Paulo Roberto Rios Ribeiro  
(Orientador)



1º Examinador



2º Examinador

## AGRADECIMENTOS

Agradeço as pessoas que colaboraram para a realização deste trabalho:

Ao professor Mestre Paulo Roberto Rios Ribeiro, pela orientação.

Ao José Noleto Oliveira, meu marido, pelo incentivo.

Ao Raimundo Viana, meu cunhado, pelo apoio técnico, na normalização da monografia.

Ao professor Gilson José Lisboa, pelo apoio na tradução do resumo.

“A mordaça imposta à imprensa a partir de dezembro de 1968 era confusa, onipotente e errática”.

Elio Gaspari

## RESUMO

O tema proposto analisa a relação que a imprensa local, manteve com o governo militar brasileiro, tendo por base o Jornal de Dia, a fim de entender o posicionamento deste diante da propaganda da política-econômica federal, denominada “milagre brasileiro” (1968-1973). Para tanto, fez-se uma discussão sobre os efeitos de tal política-econômica na sociedade e identificou-se o posicionamento político do jornal no período em questão.

Palavras-chave: imprensa, milagre brasileiro, Maranhão.

## ABSTRACT

The proposed them analyzes the relationship that the local press had with the Brazilian military government, taking into account the “Jornal do Dia” (Daily Journal) in order to understand the standpoint of the later in relation to the Federal economic and political propaganda called “Brazilian miracle” (1968 - 1973). Therefore a discussion about the side effects of such economic and political agenda on society was carried out and the political view of the journal during the time period above mentioned was identified.

Keywords: press, Brazilian miracle, Maranhão.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2 O MILAGRE ECONÔMICO E A PROPAGANDA MILITAR</b> .....	11
<b>3 A MANIPULAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA</b> .....	25
<b>3.1 Jornal do dia e sua relação com o sistema de poder</b> .....	27
<b>4 O “MILAGRE BRASILEIRO” ATRAVÉS DA IMPRENSA</b> .....	35
<b>CONCLUSÃO</b> .....	42
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	43
<b>ANEXO I</b> .....	48
<b>ANEXO II</b> .....	51
<b>ANEXO III</b> .....	53

## 1 INTRODUÇÃO

A política econômica adotada pelos militares a partir de 1968 caracterizava-se pelo arrocho salarial, liberdade para remessas de lucros ao exterior e incentivos fiscais às empresas multinacionais. Para viabilizar este modelo econômico, os governos militares utilizaram-se tanto da repressão ao povo e da censura aos meios de comunicação, quanto de uma ampla campanha publicitária para passar uma imagem de progresso da economia brasileira.

Vários órgãos da imprensa buscaram formas de resistir ao controle ideológico, porém, por motivos questionáveis, muitos outros mudaram seu enfoque político e passaram a servir aos interesses do governo, juntamente a uma significativa parte da imprensa historicamente conservadora.

No cenário político maranhense, das décadas de 1960 e 1970, existiam duas principais lideranças atuando em lados opostos: Vitorino Freire (PSD), em decadência, e José Sarney (UDN), em ascensão, o qual foi favorecido pelo golpe militar de 1964 que, “de índole udenista, se propunha a banir do poder o PSD, este, no Maranhão representado pelo **vitorinismo**”. (BUZAR, 1998: 494).

A imprensa maranhense, do período analisado, ainda não se caracterizava enquanto indústria cultural, contudo, por receber as notícias, a nível nacional, das grandes capitais brasileiras e, internacional, das poucas agências que dominavam o setor no país, fornecendo o material informativo, no mínimo fazia parte das “frentes de expansão” dessa indústria cultural que se desenvolvia a nível de Brasil, na década de 1960. (GALVÃO, 1999: 31-32).

Dessa forma, fez-se uma discussão sobre a relação entre imprensa e poder político no contexto do “milagre econômico”, tendo por base o Jornal do Dia. Procurou-se averiguar

se o mesmo atendeu aos anseios dos governos militares, fazendo parte da campanha ideológica do Estado que apregoava que o Brasil estava passando por um período de grande prosperidade econômica.

A escolha do Jornal do Dia deu-se pelo fato de sua relação, ao longo de sua história, com o poder constituído e sua atuação no cenário político na década de 1960, já terem sido estudadas por mim na monografia da graduação de História, constatando-se a relevância desse jornal no cenário político do período em questão.

## 2 O “MILAGRE ECONÔMICO” E A PROPAGANDA MILITAR

A atual alienação popular acerca do que de fato aconteceu nos bastidores do Poder Executivo no período militar é fruto de uma história política contada a partir da visão dos que controlavam o poder, os quais limitaram o acesso à informação através do controle dos meios de comunicação de massa e também manipularam – com o terrorismo da denúncia dos acusados de comunistas e do controle da produção literária – a história trabalhada nas escolas a fim de favorecer a classe dominante. Segundo o autor Kazumi Munakata:

Nos anos 70 e 80, um gênero literário fez relativo sucesso no Brasil: o que poderia se denominar “*As Belas Mentiras*”. Tendo talvez como matriz a obra *Mentiras Que Parecem Verdades*, de Eco e Bonazzi (1980) ou também *A Manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação*, de Ferro (1983), uma série de pesquisas acadêmicas dedicaram-se a flagrar nos livros didáticos e paradidáticos brasileiros a presença insidiosa da mentira, da manipulação, do preconceito, da mistificação, da legitimação da dominação e da exploração burguesa – em suma, da ideologia (Munakata, in FREITAS 2001: 271).

É a literatura a serviço do poder constituído, o que pode ser percebido através do estudo da produção historiográfica brasileira. A história do Brasil por muito tempo foi contada de modo a privilegiar o aspecto político em detrimento dos demais, seguindo a linha da história política tradicional – “a do Estado, do Poder e das disputas por sua conquista ou conservação, das instituições em que ele se concentrava, das revoluções que o transformavam” (RÉMOND, 1996: 15).

Dessa forma, a história era entendida como uma narração de fatos militares ou diplomáticos, direcionada para o estudo das batalhas, guerras e negociações envolvendo os diferentes Estados, ressaltando-se a ideologia política da classe dominante, não se refletindo sobre as lutas de classes.

Não só o objeto da história, ou seja, a dinâmica da sociedade, onde a ação humana é fator preponderante, está em constante transformação, mas também o olhar do historiador

para as fontes, isto porque é influenciado pelo tempo e sociedade a que pertence. Dessa forma, também a história política vem se transformando.

De acordo com Francisco Falcon (1997:82) é possível fazer uma divisão da história política brasileira,

a qual antes de 1970 – (...) – os temas respeitantes ao poder apenas parecem na historiografia quando referidos ao Estado. Trata-se portanto de uma história política de tipo tradicional – (...).

A partir de 1970, embora se mantivesse o apoio ideológico e repressivo do Estado à versão oficial, houve a progressiva contestação a esta história a partir de diversos lugares intelectuais, a começar por algumas universidades, mas não só. (FALCON, 1997: 82).

A hegemonia da história política tradicional no ensino da história do Brasil torna-se evidente nas publicações e teses defendidas até mais ou menos 1970. A partir de então, surgem novos métodos, abordagens e objetos.

A Nova História, surgida no início dos anos 1970, associada à escola dos Annales, caracteriza-se pelo retorno ao estudo do sujeito, a diversificação do objeto de estudo e opõe-se ao paradigma tradicional da historiografia.

É nesse contexto que surge a Nova História Política, a qual se preocupa com a história das formações políticas e das ideologias e “pretende integrar todos os atores – mesmo os mais modestos – do jogo político, e que se atribui como objeto à sociedade global” (RÉMOND, 1996: 33).

Além disso, tem-se clara a necessidade da pluridisciplinaridade, ou seja, estuda-se não só o aspecto eminentemente político, mas também o social, o econômico e outros que de alguma forma se relacionam com a história política.

Dessa forma, a grande novidade da Nova História Política – se comparada com aquela história “tradicional” do século XIX – encontra-se situada em relação às fontes, ao padrão da narrativa dos acontecimentos, ao trabalho proposto em moldes de longa duração e, fundamentalmente, em termos de abordagens de seu objeto. É o Estado, portanto, aquele que se situa no centro daquilo que constitui as preocupações fundamentais da Nova História Política. Mesmo quando se trata de um estudo sobre cultura política, essa “cultura” é aquela que envolve elementos relacionados ao Estado e as instituições de poder vinculadas a ele mais diretamente. (GOUVÊA, 1998).

Assim sendo, ao invés de se dar ênfase à história das guerras ou das relações diplomáticas, preocupa-se com os partidos políticos, as disputas eleitorais, as ideologias políticas. “Resgata-se a ação dos homens no campo político, reconhecendo-se assim a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que envolvem esse campo.” (GOUVÊA, 1998).

Tendo por base essa Nova História Política analisamos a relação entre o poder político e a imprensa no Maranhão, durante o período de 1968 a 1973, que foi caracterizado, pelo governo federal, como “milagre brasileiro”.

Pretende-se, por conseguinte, analisar a atuação do “Jornal do Dia” na divulgação do plano econômico do governo federal. A análise se debruça não apenas sobre os aspectos políticos, mas também para sua estreita relação com a economia e a imprensa, as quais foram usadas pelos presidentes militares para mascarar a realidade econômica e social do país.

Geralmente as questões que envolvem o período da ditadura brasileira, iniciado em 1964, ainda causam fervor na opinião pública quando são postos em discussão. O fato deve-se, possivelmente, tanto a certos acontecimentos atuais que ainda são um desenrolar – conseqüências marcantes e dolorosas – do terrorismo de outrora, quanto da proximidade temporal do tema em questão: muitos perseguidos e perseguidores ainda estão vivos para denunciar ou tentar esconder os fatos.

Com a abertura política, o acesso à informação através da imprensa e de outros meios de comunicação, fez com que vários setores da sociedade, ao longo do tempo refletissem e mudassem sua maneira de pensar sobre os anos de chumbo pelos quais viveram, mas não souberam ler criticamente as entrelinhas das receitas de bolo que ganharam destaques nos grandes jornais das metrópoles brasileiras.

Hoje soa como sinal de bravura, senão heroísmo, dizer que lutou contra o regime militar, foi preso, torturado, ou extraditado, mas sobreviveu para servir de prova viva de um passado sombrio.

Mesmo assim ainda são muitas aquelas pessoas que guardam lembranças e sentem saudades dos ditos “tempos áureos” da economia brasileira, mais conhecido como “milagre brasileiro”, onde se favoreceu uma progressiva concentração de renda e achatamento salarial.

Essa concentração de renda se fez a custa do achatamento salarial das chamadas “classes baixas”. Pagando-se cada vez menos aos trabalhadores e oferecendo-se salários mais altos a uma pequena elite consumidora, ampliou-se o mercado de supérfluos para a classe “média alta”. Isso combinado com a especulação financeira, sustentou durante certo tempo o “milagre brasileiro”. (CHIAVENATO, 1994: 86).

Segundo Chiavenato (1994: 87) de fato houve um aumento do PIB, em 1973, de 11,4%. Mas isso não significou um aumento real da economia, pois favoreceu apenas 7,2% dos assalariados, e mesmo assim em decorrência do sucateamento da indústria nacional e do endividamento externo.

Os mais elevados índices de aumento industrial, ocorridos na década de 1970, deram-se nos setores que atendiam os interesses das chamadas classes média e alta, como os de automóveis e eletrodomésticos.

De fato o “bolo” da economia cresceu, só não foi dividido igualmente entre a população, e certamente os que sentem saudades do período do “milagre”, fazem parte dos que conseguiram “abocanhá-lo”.

Para se tentar fazer um paralelo entre a situação econômica do Brasil no momento do golpe militar e a do período do “milagre brasileiro”, serão vistas algumas análises sobre o assunto.

Nas análises sobre as questões que implicaram no golpe de 1964, vários autores costumam evidenciar o aspecto econômico. Segundo Chiavenato (1994: 50-52), entre 1958 e 1961, os salários da indústria paulista baixaram, proporcionalmente, de 10 para 4, ou seja, apresentaram uma queda de 60%.

Em 1962, a inflação chegou a 50% ao ano, o que era bastante alto para a época. Além disso, entre 1953 e 1961, o Banco Mundial emprestou ao Brasil cerca de 149,5 milhões de dólares.

No governo Goulart, entre 1962 e 1963, não houve empréstimo, mas entre 1964 e 1977, o Banco Mundial emprestou ao regime militar 2,96 bilhões de dólares. Mesmo com o surto desenvolvimentista que triplicou a produção industrial entre 1949 e 1959, após 1960 constatou-se que o aumento do consumo superava o esforço produtivo. (1994: 52).

Esse desenvolvimento, segundo o autor, resultou no aumento dos contrastes sociais internos e na manipulação da dependência externa, pois prejudicava a nação, mas beneficiava os empresários representantes de uma elite econômica que facilmente associaram-se ao capitalismo internacional, gravitando financiamento em torno dos empréstimos estrangeiros (1994: 52).

Para Argemiro Brum (1982: 99), o modelo econômico de substituição de importações, iniciado na década de 1930, se esgotou, em parte, no início da década de 1960, que contribuiu para gerar uma crise que leva o país a um confronto entre as forças sociais nacionalistas e os defensores da associação ao capital estrangeiro, sendo que estes saíram vitoriosos em 1964.

Argelina Figueiredo, (1993: 90), analisando as medidas adotadas por Goulart, no governo presidencialista, para superar as graves dificuldades econômicas pelas quais o Brasil passava, afirma que tanto o Plano Trienal, que combinava algumas reformas com um programa de estabilização e sustentação do crescimento econômico, quanto o projeto de emenda constitucional que permitia a desapropriação de terras sem indenização prévia em dinheiro, fracassaram, pois faltou o apoio necessário dos principais grupos econômicos ao Plano Trienal e, a liderança do CGT se opôs ao Plano desde o começo.



Francisco de Oliveira, (2001: 27), critica o determinismo do poder econômico sobre a efetivação do golpe militar e, entende que o mesmo foi uma opção das forças políticas, as quais quebrando alianças de classes traduzem numa nova aliança política a relação de classes que se estabelece com o golpe de Estado, que será a responsável pela opção política que encaminhará os negócios da economia e da sociedade brasileira no pós-64.

A estratégia utilizada para o crescimento da economia brasileira entre o período de 1968 e 1973, é bastante criticada por vários estudiosos, pois tal desenvolvimento teve como base de sustentação o capital estrangeiro e o incentivo à vinda de multinacionais. Isso resultou num aumento da dívida externa bruta do Brasil de 3,5 bilhões de dólares em 1965 para 21,2 bilhões em 1975.

Quanto ao setor industrial, as estatais expandiram-se na infra-estrutura e na produção de matérias-primas básicas, as empresas estrangeiras concentraram-se nos setores de alta tecnologia como bens de consumo duráveis e indústria química e as empresas privadas nacionais foram empurradas para setores menos exigente de capital e tecnologia. (BRUM, 1999).

Segundo a análise de Boris Fausto (2003: 485) o Brasil foi beneficiado pela ampla disponibilidade de recursos no exterior, o que possibilitou não só os empréstimos externos como também o aumento de investimento de capital estrangeiro em nosso país, ocorrendo principalmente na área automobilística, que liderou o crescimento industrial com taxas anuais acima de 30%.

Outro setor da economia beneficiado nesse período, foi o comércio exterior, com o aumento da importação de determinados bens necessários para sustentar o crescimento econômico, e a diversificação das exportações através dos incentivos dados pelo governo aos produtos industriais.

Analisando a política de Delfim Neto, que assumiu o comando da economia no governo Costa e Silva mantendo-se no cargo até o final do governo Médici e voltando no governo Figueiredo (1979-1985), Boris Fausto (2003:486-497) afirma que o FMI não apoiava a fórmula do “milagre”, criticando-a por facilitar a convivência com a inflação no presente mas dificultar a resolução do problema no futuro. Segundo o autor, a política de Delfim era vulnerável ao sistema financeiro, ao mercado internacional, além de ser dependente da importação de determinados produtos como o petróleo, o mais importante.

(...). Os aspectos negativos do “milagre” foram principalmente de natureza social. A esse respeito, devemos fazer uma ressalva sobre a significação do PIB – um indicador que temos utilizado com frequência. O PIB é um bom indicador do estado geral da economia, mas, seja em números brutos, seja em números *per capita*, lembremos que ele divide igualmente o produto pela população total sem considerar os diferentes ganhos dos grupos sociais. O PIB não exprime também necessariamente o volume e a qualidade de serviços coletivos postos à disposição da população, nem a forma como um país preserva ou destrói seus recursos naturais.

Tanto Fausto (2003:487) quanto Brum (2000:332) concordam que o crescimento industrial favoreceu duplamente as classes de renda média e alta no que diz respeito ao consumo pessoal.

Isto ocorreu, uma vez que, além de o desenvolvimento ter se dado no setor de bens de consumo duráveis, os salários dos cargos de nível técnico e superior foram bastante valorizados, enquanto os salários dos trabalhadores em geral foram reajustados baseando-se em índice que subestimava a inflação, provocando, assim, uma queda enorme no poder de compra dos trabalhadores assalariados, o que foi atenuado, segundo Fausto, pela expansão das oportunidades de emprego, pois aumentou-se o número de membros da mesma família com emprego.

O “capitalismo selvagem” caracterizou aqueles anos e os seguintes, com seus imensos projetos que não consideravam nem a natureza nem as populações locais. A palavra “ecologia” mal entrara nos dicionários e a poluição industrial e dos automóveis parecia uma bênção. No governo Médici, o projeto da Rodovia Transamazônica representou um bom exemplo desse espírito. Ela foi construída para assegurar o controle brasileiro da região – um eterno fantasma na óptica dos militares – e para assentar em agrovilas trabalhadores nordestinos. Após provocar muita destruição e engordar as empreiteiras, a obra resultou em fracasso. (FAUSTO, 2003: 487-488).

Fausto chama atenção para esse outro aspecto negativo do “milagre”, ou seja, o retardamento ou mesmo o abandono dos programas sociais pelo Estado. Sendo assim, os contrastes sociais tendiam a aumentar cada vez mais, pois o Brasil destacava--se ao mesmo tempo no setor industrial e por manter indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação.

Para explicar o desenvolvimento econômico do Brasil no período militar, Elio Gaspari (2003: 208), afirma que:

O ano de 1969 fechara sem deixar margem a dúvidas: 9,5% de crescimento do Produto Interno Bruto, 11% de expansão do setor industrial e inflação estabilizada pouco abaixo dos 20% anuais. Depois de quinze anos de virtual estagnação, as exportações chegaram a 1,8 bilhões de dólares, com um crescimento de 23% em relação ao ano anterior. A taxa de poupança bruta ficara em 21,3%, índice jamais atingido e jamais igualado. A indústria automobilística estava em pleno vapor, e a construção civil entrara em tal atividade que faltou cimento. Os números do primeiro semestre de 1970 indicavam que a prosperidade prosseguiria (fechou o ano com um crescimento de 10,4%). O Brasil tornara-se a décima economia do mundo, oitava do ocidente, primeira do hemisfério sul.

Sabe-se que houve uma grande concentração de renda nesse período, mesmo assim Gaspari afirma que embora o censo de 1970 tenha identificado que os ricos tenham ficado mais ricos, não significava que os pobres ficaram mais pobres, pois o salário mínimo declinara suavemente depois de 1967, e a renda dos trabalhadores da indústria se mantivera em alta sensível e contínua.

Chiavenato (1994: 86-88), ao fazer uma análise crítica sobre os prejuízos causados à população brasileira, pelo “milagre brasileiro”, afirma que nesse período houve o incremento da produção industrial de supérfluos que não estavam ao alcance do poder de consumo dos operários, pois tiveram seus salários achatados, enquanto uma pequena parcela da classe média teve acesso a altos salários.

Explica ainda que o aumento da produção industrial deu-se com a abertura da economia às multinacionais, com o sucateamento da indústria nacional e com o maior endividamento externo que o Brasil já teve, o qual passou de 3 bilhões de dólares para 45, em quinze anos de governos militares.

Argemiro Brum (1982: 99) acrescenta que a política econômica do regime militar era voltada para atender aos interesses das camadas alta e média alta, como o incentivo à produção de bens de consumo duráveis sofisticados, enquanto as necessidades básicas da imensa maioria da população não receberam a devida atenção.

Suas principais características foram a concentração de capitais e a internacionalização da produção e dos mercados. Em relação ao campo, enquanto os grandes proprietários representantes dos 1% mais ricos da população rural quase triplicaram sua participação no total dos rendimentos da agropecuária, ocorreu o inverso com a população rural mais pobre.

A expressão “milagre brasileiro” não é nada original. Para explicar o rápido desenvolvimento econômico da antiga Alemanha Ocidental depois da II Guerra Mundial, a imprensa e analistas passaram a divulgar o fenômeno como “milagre alemão”. Anos mais tarde seria a vez do “milagre japonês”, cujo país foi atingido duramente pela guerra.

A grande diferença é que enquanto esses dois países transformaram-se em potências econômicas, financeiras e tecnológicas, desenvolvendo projetos auto-sustentados, o Brasil manteve seu crescimento a partir de recursos externos. Mas, o importante para os governos militares era como o País seria visto pelos brasileiros e, principalmente, pelos investidores estrangeiros.

Assim que a economia brasileira começou a apresentar altas taxas de crescimento em anos sucessivos, o governo militar (Médici), aproveitando a onda dos “milagres”, procurou difundir a imagem de que a década de 1970 seria assinalada pelo “milagre brasileiro”. A exemplo dos dois outros países, o Brasil também se transformaria em potência mundial emergente. A intensa divulgação do ufanismo oficial tinha o propósito de tornar o Brasil mais conhecido no exterior e encorajar os investidores estrangeiros a aplicar excedentes de capital no país. A ênfase no bom desempenho da economia e a capitalização de êxitos esportivos como a conquista do tricampeonato mundial de futebol no México (1970) buscavam também legitimar internamente o regime militar e contrabalançar a imagem negativa do país, difundida pela imprensa internacional que criticava duramente a ditadura militar brasileira. (BRUM, 2000: 323-324).

O projeto-político dos governos militares tornava o Brasil um país atrativo aos olhos dos investidores estrangeiros, pois com a supressão de vários direitos dos cidadãos, “a repressão, o controle sobre os sindicatos e a política de compressão salarial asseguravam mão-de-obra relativamente barata e ‘disciplinada’, sem qualquer possibilidade de reivindicação ou de rebeldia cívica”. (BRUM, 2000: 325).

Para divulgar à massa da população brasileira a idéia de progresso econômico, os militares não hesitaram em usar os métodos mais cruéis para controlar os meios de comunicação. “Isso porque a informação mina planos políticos, traz à luz discrepâncias, revela perigos e tem um grande poder de mobilização” (MARCONDES FILHO, 1985: 100).

Ao mesmo tempo em que se submetia os meios de comunicação a uma rigorosa censura, promovia-se intensa propaganda do regime, divulgando-se que o país passava por um período de tranqüilidade e crescimento econômico.

Pode-se perceber através do estudo da comunicação, o poder que a imprensa vem apresentando, no decorrer de sua história, sobre a formação da opinião pública. Um jornal pode ser moldado de forma a aprovar a estrutura social vigente tanto ao divulgar o que considera importante, quanto ao se negar a discutir os conflitos de força entre as camadas sociais.

A estrutura política que foi implantada no Brasil a partir de 1964, não serviu apenas aos interesses dos militares, mas também a grupos políticos e econômicos que lhes deram sustentação.

Os grandes meios de comunicação de massa, as agências de notícias internacionais situavam-se em países capitalistas e tinham todo interesse em dar um basta à propagação do comunismo pelo mundo, e analisando os assuntos que foram censurados na imprensa durante o regime militar, percebe-se que o principal alvo era qualquer assunto que lembrasse o comunismo.

Sabe-se que o povo brasileiro não ficou inerte diante desse processo ditatorial, pois se manifestou nas ruas, nas fábricas, nas universidades, apesar dos meios repressivos utilizados pelos militares para calar a população. E qual terá sido o papel da imprensa escrita nesse contexto?

Claro que não se pode generalizar como se a imprensa fosse um todo homogêneo, seguidora de uma mesma linha ideológica. Sabe-se que existiam tanto as grandes corporações quanto os pequenos jornais e até mesmo a imprensa alternativa. Mas pode-se fazer uma análise historiográfica de sua representatividade no período em questão.

Quando os militares assumiram o poder no Brasil, em 1964, a imprensa foi um de seus principais alvos. Pois se pretendia legitimar o golpe publicando-se uma versão favorável aos militares. Dessa forma, os meios de comunicação foram podados de sua livre expressão.

Mesmo assim, os jornais mais audaciosos e que não compactuaram com o regime ditatorial que se estabeleceu no país, conseguiram burlar a censura e publicar notícias que contrariavam os interesses do governo federal, mesmo sofrendo represálias por conta disso.

Logo nos primeiros dias, começou a destruição de qualquer resistência na imprensa: (...); os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechadas. instaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados, exilados, e alguns tiveram seus direitos políticos cassados; (...). (SODRÉ, 1977: 500).

Sodré analisa que, a partir de então, a imprensa estrangeira se expandiu no Brasil procurando dominar cada setor da opinião pública com suas revistas direcionadas, as quais objetivavam controlar sempre os poucos milhares de pessoas que comandavam os negócios no Brasil, ou que eram os homens chaves desse setor.

Paolo Marconi (1980:32-33) é outro autor que, em plena ditadura, denunciou as restrições ao trabalho dos jornalistas, pois “(...) num regime político que tem verdadeira psicose pela ordem, os crimes cometidos pela imprensa e previstos pelas leis revolucionárias podiam – e podem – manter o jornalista encarcerado por vários anos”.

Os dois autores, acima citados, deixam claro em suas análises o quanto a imprensa foi censurada e quanto foram intensas as atrocidades cometidas pelo regime contra os jornalistas que tentavam quebrar o cerco do governo.

Porém este cerco, à censura propriamente dita, segundo BULIK (1984: 94), foi uma realidade no Brasil de 1968 a 1978, quando foi abolida pelo então presidente Ernesto Geisel, e explica que “talvez uma das conseqüências mais perniciosas dessa repressão tenha sido a autocensura. Estabelecido o medo das conseqüências que podiam advir com a divulgação de certos assuntos, os comunicadores passaram a autocensurar-se”.

A autora também denuncia as restrições impostas à imprensa e os transtornos causados a jornalistas, mas lembra que “é preciso registrar também que a censura não se estabeleceu e fincou raízes sem a cumplicidade objetiva de patrões da imprensa, que, graças a algumas trocas de favores (...), para não verem seus interesses maiores prejudicados, cederam e a ela se submeteram” (BULIK, 1984: 95).

Dessa forma, se por um lado existiu a imprensa que sofreu com os abusos dos governos militares, por outro, houve quem tirasse bons proveitos. Denuncia ainda, as formas de controle da informação pelo poder econômico, onde os meios de comunicação de massa

estavam concentrados nas mãos de grupos econômicos monopolistas e oligopolistas, nacionais ou transnacionais.

Outro autor que critica a atuação da imprensa no Brasil, no período da ditadura militar, é o advogado José Cavalcante Filho. Citado por Celma Tavares (2005: 15), ele explica que:

“Os conglomerados de comunicação foram um dos setores mais beneficiados pelo Governo militar de 1964, juntamente com empreiteiras, instituições financeiras e exportadores”. (...) Todas as grandes corporações de comunicação nasceram ou se desenvolveram por essa época sob o frondoso manto protetor do autoritarismo. (...) *A imprensa não teve então a dimensão libertária de resistência como se canta. A história oficial é menos nobre. Alguns jornalistas, é justo dizer, souberam resistir. Mas as empresas foram sempre ancoradas por subsídios indecorosos*”.

Cavalcante Filho remete suas críticas à imprensa que se caracterizava enquanto empresa industrial e comercial que, portanto tinha a função principal de dar lucros a seus proprietários, e tratava a informação como uma mercadoria qualquer.

Já o autor Marcondes Filho (1992: 103) fez outra leitura sobre a relação entre censura e imprensa industrial.

A denúncia dos males da censura é tão generalizada porque ela prejudica também os capitalistas, empresários e donos do poder em outras esferas que não a política. (...). É por isso que a liberdade de imprensa é uma bandeira tão frequentemente levantada pelos donos dos jornais, que estruturalmente não diferem da classe dos que têm o poder político: o que eles pleiteiam é a eliminação do monopólio da censura do Estado e a molecularização desse poder em centenas de centros próprios (*seus próprios jornais*) dessa censura”.

Assim sendo, os grandes proprietários de jornais defenderiam a liberdade de imprensa, não para informar o que é necessário à sociedade, mas para que o controle da informação estivesse com eles e não com o Estado.

A partir das leituras feitas, percebe-se que principalmente no início da ditadura, os jornais de esquerda ou criticaram de forma aberta o governo imposto ou utilizaram-se de certas estratégias jornalísticas para burlar a censura. Estes jornais sofreram com os desmandos dos militares.



Existe, também, um outro grupo de jornais que já estava em campanha contra o governo de João Goulart, e se aproveitou da situação para tirar proveitos próprios, aceitando os benefícios dos militares e, em troca, fazendo sua propaganda positiva. E enfim, a imprensa alternativa, panfletária que representava os jornalistas que ainda lutavam por seus ideais e objetivavam a liberdade de imprensa.

Carlos Fico (1997), ao refletir sobre a propaganda política produzida pelo regime militar nos anos compreendidos entre 1969 e 1977, afirma que:

O regime militar desse período, através da propaganda política, procurou re-significar o otimismo no Brasil, tendência de longa duração, com o intuito de asseverar a predestinação do Brasil ao sucesso, uma potência política econômica entre as potências no âmbito mundial.

Dessa forma, o desafio para quem estuda a propaganda política, segundo o autor, é compreender sua recepção, já que os indivíduos fazem parte de grupos sociais distintos (setores médios, elite de centros urbanos e a população em geral) e possuem aspirações diferentes. Nessa perspectiva o significado para alguns estava correlacionado à predestinação do Brasil ao ingresso no Primeiro Mundo, porém, para outros, à expectativa de conseguir um emprego.

### 3 A MANIPULAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Para que se entenda a dimensão que o Jornal do Dia deu à propaganda do governo militar sobre sua política econômica, conhecida como “milagre brasileiro”, deve-se entender o próprio jornal enquanto fonte de pesquisa histórica. É preciso saber quem está por trás da mensagem, a que interesses estão servindo, quais as características e o funcionamento do periódico. “As notícias não ‘existem’ como objetos prontos no mundo: são elaboradas a partir de eventos e interpretações. Não é só a linguagem dos signos que veicula a ideologia na mídia, mas também o processo de produção da notícia”. (MAGNOLI, 2004:22).

Demétrio Magnoli enfatiza a importância do processo de seleção e interpretação na origem do noticiário. Pois tal processo é sempre ideologicamente orientado e segue alguns filtros como pauta, edição de notícia e diagramação. E acrescenta que as pautas jornalísticas são normalmente muito mais completas nos assuntos concernentes às elites políticas e econômicas.

Quanto à edição de notícia, depois do texto original do repórter passar pelas mãos do editor, pode sofrer alterações de cunho ideológico. Sobre a diagramação é importante ressaltar que:

(...) Colocada no alto da página, uma notícia ganha um destaque (e uma quantidade de leitores) que não teria no pé da página, por exemplo. As páginas ímpares têm mais leitores que as pares, por razões ligadas à ótica e à percepção do leitor. Uma foto aumenta a leitura de uma matéria. O conjunto de matérias de uma página, quando dedicadas a temas semelhantes, produz uma impressão geral determinada, em função da ordenação gráfica dessas matérias. Ou seja, o ordenamento e a hierarquia dessas matérias de uma página são capazes de conduzir à formação de um determinado ponto de vista, que não está expresso explicitamente em nenhuma das matérias. (MAGNOLI, 2004:23)

De acordo com o estilo de diagramação do período estudado, as principais páginas do jornal eram a primeira e a última que introduziam as notícias em destaque para serem concluídas nas páginas interiores indicadas por letras.

O Jornal do Dia utilizava a página inicial, na maioria das vezes, para matérias de política, economia nacional ou sobre as realizações do governo Sarney. A última página era dedicada às notícias em geral do Maranhão, onde dava-se destaque às ações do governo.

Podem-se destacar dois fatores que exercem grande influência na produção e controle das mensagens divulgadas: o primeiro, refere-se aos grupos que mantêm a propriedade dos meios de comunicação de massa e, o segundo, à publicidade comercial que é responsável pelo financiamento de tais meios. (SCAVONE, BELLONI e GARBAIO, 1975).

De acordo com Sodré (1977: 487), uma das características do desenvolvimento da imprensa no Brasil é a sua concentração nas mãos de grupos restritos, devido à quantidade de capital que se tornou necessário para montá-la.

Tais grupos se vêem possibilitados de incutirem sua ideologia na massa da sociedade. Um dos fatores que levam a isso é a função manipuladora exercida, em muitos casos, pela notícia veiculada.

Marcondes Filho chega a caracterizar o jornal como indústria da consciência, ou seja, “(...) que não somente produz bens culturais em massa, mas também reforça atitudes, desencadeia processos inconscientes de ação, penetra no espaço do ideológico de forma mais plena.” (MARCONDES FILHO, 1985, p. 94). Para ele, a indústria da consciência difere da indústria cultural por não produzir apenas cultura, mas consciência no receptor, visto que possibilita relações não perceptíveis à pesquisa empírica ou observacional.]

Dada essa possibilidade de manipular a formação da opinião pública e, a partir de então, conseguir benefícios político-econômicos em prol de si mesmo, entende-se o interesse, cada vez maior, de grupos hegemônicos nas empresas jornalísticas.

Um jornal pode ser moldado de forma a aprovar a estrutura social vigente tanto ao divulgar o que considera importante – como, por exemplo, mensagens ou atitudes de

personalidades políticas, ressaltando a importância desses para a sociedade -, quanto ao se negar a discutir os conflitos entre as camadas sociais.

Quem dispõe de um jornal, vincula o noticiário ao seu posicionamento político ideológico, de forma que apresenta condições de adquirir prestígio social em função da forma como sua imagem for transmitida pelo órgão de comunicação, valorizando-se seu comportamento e opiniões.

### **3.1 O Jornal do Dia e sua relação com o sistema de poder**

O jornal que hoje é conhecido como “O Estado do Maranhão” chamava-se em sua origem, “Jornal do Dia”. Em 1959, foi comprado pelo deputado Alberto Aboud, então presidente do PTB no Maranhão. No jornal, exerceu o cargo de diretor responsável.

No JD, a notícia era intercalada pela opinião do jornal. Estilo literário que já não era mais tão utilizado pela grande imprensa, onde se procurava separar notícia de opinião, a qual passou a ter espaço próprio em editoriais e colunas.

Na década de 1960, apoiou a candidatura e o governo de João Goulart. Para tanto, divulgava as realizações administrativas do Governo Federal, evidenciando-se os benefícios à população, além de passar uma imagem respeitada e conciliatória de Goulart.

O JD mostrou-se favorável às Reformas de Base transmitindo constantemente matérias sobre personalidades políticas, religiosas e líderes sindicais e estudantis que elogiavam e ressaltavam a necessidade de tais reformas. No mesmo período manteve uma posição contrária, na maior parte do tempo ao governador do Maranhão, Newton Bello (PSD).

O Jornal do Dia, que vinha fazendo uma campanha pelas Reformas de Base, servindo de aparelho ideológico do Governo Federal, reagiu inicialmente ao golpe militar, cedendo espaço às posições favoráveis a Jango, cuja permanência no poder era identificada como um desejo popular, o qual estaria se organizando para resistir ao golpe, e caracterizando os militares de golpistas.

Porém, o diretor Alberto Aboud foi advertido, pelos militares, sobre sua postura tomada perante a crise político-militar e a partir de então o jornal cessa as críticas aos militares para, num primeiro momento, mostrar-se esperançoso pelo menos quanto à realização dos objetivos do novo governo, e posteriormente, evidenciar a degeneração do movimento militar, o qual estava gerando um clima de terror no País, com cassações, prisões e censura. (GALVÃO, 2004: 102-103).

Em setembro de 1966, começa uma nova etapa na história do Jornal do Dia, pois é comprado pelo então governador do Maranhão, José Sarney, e torna-se claramente defensor das ações do governo local. Depois de passar alguns dias fora de circulação, ao retornar, o jornal não fez nenhuma manchete chamativa sobre o assunto, publicou apenas uma nota na primeira página, em sua parte inferior, explicando o ocorrido:

#### Comunicado

A partir de hoje sob responsabilidade comercial e jornalística diferente, "Jornal do Dia" restabelece sua circulação para continuar a ocupar o lugar, que de direito, lhe cabe na imprensa maranhense. Embora sob outra gestão este jornal prosseguirá firme em sua linha de coerência na defesa dos interesses do povo maranhense, de apoio ao honrado e dinâmico Governo José Sarney e à posição de fidelidade aos grandes anseios populares que lhe soube imprimir o deputado Alberto Aboud, seu ex-proprietário e Diretor, que será substituído na Direção deste jornal pelo deputado Clodomir Milet. (Jornal do Dia, p. 1, 04 set. 1966).

*Clodomir Milet*

De fato, a mudança de proprietário não significou uma transformação do jornal, nem no que diz respeito à diagramação, nem quanto à orientação política, pois desde o golpe de 1964, que o JD havia deixado de seguir a linha oposicionista. E já vinha servindo aos

interesses do governo do Maranhão, divulgando constantemente suas realizações e pronunciamentos positivos de personalidades públicas influentes politicamente. A partir de então, passou a ser mais eficaz nesta questão.

Segundo o jornalista Sebastião Jorge, que trabalhou no JD antes do golpe de 64 e retornou em 1967: nesse período trabalhava-se sobre pressão, pois “alguma notícia que você pudesse dar, (...) você era censurado, (...) você era convocado a ir à Polícia Federal, ao 24º BC, para dar satisfação sobre aquele tipo de notícia”.

Questionado sobre a possibilidade de o jornal burlar a censura, ele respondeu que o JD “simplesmente não aventurava muito, ele não se expunha”, visto que seu editor chefe na época, era Bandeira Tribuzi, que devido “sua posição política e ideológica, era um homem muito visado pela revolução, (...) sofreu algumas perseguições” (GALVÃO, 1999:110-111).

De fato o JD demonstrou em algumas matérias (antes do AI-5) sua posição contrária à censura dos meios de comunicação, mas também não contrariou os interesses do governo militar, principalmente depois que passou para as mãos de Sarney, que chegou ao governo do Estado apoiado pelos militares. De acordo com Wagner Cabral, tal apoio seguia a lógica de “reestruturar os sistemas políticos estaduais em favor de adeptos do regime militar” (COSTA, 2004: 290-291). E acrescenta:

Esquemáticamente, podemos dizer que o golpe militar produziu efeitos ao redirecionar a política maranhense em três sentidos. Em primeiro lugar, foi desencadeada uma forte repressão que atingiu os setores nacionalistas e de esquerda. (...).

Em segundo, o golpe provocou o acirramento dos conflitos e divisões internas do PSD maranhense. (...).

A terceira e decisiva reorientação do processo político foi o apoio prestado à candidatura de José Sarney (UDN/PR/PSP) pelo governo do general-presidente Castelo Branco (1964/1967) (...).

Assim como os militares, ao divulgarem sua política econômica, o conhecido “milagre brasileiro”, utilizava a ideologia do progresso econômico como o único meio para

resolver os problemas que afligiam a sociedade brasileira, o governo de José Sarney era identificado no Jornal do Dia como aquele que alavancava o progresso no Maranhão. Isso pôde ser percebido nas matérias que tratavam das comemorações dos seus dois primeiros anos de governo, onde se destacavam as ações implementadas no campo da infra-estrutura.

#### POVO CONSAGROU GOVÊRNO SARNEY

Referindo-se ao segundo aniversário do Govêrno Sarney, o deputado Henrique La Roque declarou aos jornalistas que os festejos de ontem foram uma consagração.

— “Feliz o governante que no desempenho de seu mandato o exerce em consonância com as aspirações populares. O julgamento do Povo é o seu grande galardão.

(...).

Outros Depoimentos.

O deputado padre Medeiros Neto, representante de Alagoas na Câmara Federal, declarou ter encontrado no Maranhão uma circunstância nova: uma fisionomia de rejuvenescimento. Acrescentou que somente os jovens, como o Governador José Sarney, podem promover o encontro das unidades federativas “com êsse quadro de valorização e recuperação do homem”, que se observa no Maranhão.

(...).

Para o deputado Aureliano Chaves, da bancada de Minas Gerais na Câmara Federal, “o Governo Sarney está praticando aquela ousadia calculada de que o Brasil tanto carece, para vencer as suas etapas do desenvolvimento”. O parlamentar mineiro veio a São Luís, juntamente com o padre Medeiros Neto, para representar a Câmara dos deputados nos festejos comemorativos do segundo aniversário do Governo José Sarney. (JORNAL DO DIA, p.1 02 jan. 1968).

Com matérias constantes que enfatizavam as realizações do governo, o citado jornal criava uma expectativa a respeito de tais festejos. Além de ressaltar a figura de José Sarney como sendo homem de relevância política a nível nacional e que mantinha boas relações com o governo federal.

A manchete do dia 11/01/1968 é “Governo cria companhia de investimentos: Progresso”. Trata de um projeto de lei enviado à Assembléia Legislativa pelo então governador Sarney para a criação de uma entidade financeira, denominada “Companhia Progresso do Maranhão – Crédito, Financiamento e Investimento”, cujo principal objetivo seria a captação e a mediação de recursos públicos ou privados para aplicação nos vários setores da economia maranhense. A mensagem é transmitida destacando-se a posição do governador que diz ser preocupação constante de sua gestão impulsionar o desenvolvimento do Maranhão.

No dia 20/01/1968, destaca-se a seguinte manchete: “Superintendente da SUDAM ao Governador: Programas para desenvolver Maranhão têm todo apoio”. Trata da visita ao Maranhão do superintendente da SUDAM, o Coronel João Walter, o qual afirmou que “na SUDAM o Governador José Sarney continuará merecendo toda ajuda e apoio necessários à execução do seu programa de Govêrno, dentro da temática de desenvolver a Amazônia, (...)”. Mais uma vez ressalta-se a fala do governador sobre suas realizações na área de infraestrutura e saneamento básico.

A edição de 21/01/1968 exhibe o slogan que celebra os dois anos de governo: “Maranhão Novo, Governo Sarney: 2 anos de progresso”, que acompanha a seguinte notícia.

#### URBANISMO

São Luís, a histórica e secular capital do Maranhão, tem merecido do Governo José Sarney o atendimento necessário em todos os setores da administração. A ponte do Caratatiua, obra monumental de engenharia, integra os significativos trabalhos de urbanização realizados na Capital nos dois anos da atual administração estadual: construída pelos mais modernos processos de engenharia, dá acesso à rodovia Caratatiua-Olho D'Água, que encurta a distância da cidade à vila balneária em 9 km. Na foto, o Governador José Sarney quando acionava a alavanca para colocação da última viga. A ponte será inaugurada no próximo dia 31.

Percebe-se que a matéria não apenas informa o acontecido, mas também opina, passa uma idéia de que a capital maranhense está recebendo a assistência necessária, além de ressaltar as qualidades do trabalho de construção da ponte.

No mês das comemorações de dois anos de governo Sarney, o Jornal do Dia noticiou constantemente as visitas, ao Maranhão, de ministros e deputados federais de outras regiões para inaugurações de várias obras. Em tais reportagens ressaltava-se o empreendedorismo do governador e sua aliança com o povo para trazer progresso ao Estado. Elas ganharam destaques, com manchetes chamativas e fotos de corpo inteiro. As palavras mais utilizadas para identificar o governo foram: progresso, desenvolvimento, mudança, trabalho, competência, futuro, entre outras.



A capa do jornal do dia 31/01/1968, traz uma única notícia, com foto do governador e sua esposa, que ocupou quase a página inteira.

Dois anos de vitórias do Maranhão: POVO E GOVERNO VENCEM BATALHA DO PROGRESSO.

Todos quantos testemunharam em 1965 a grande maré de entusiasmo popular em torno da candidatura de José Sarney, o vibrar das aclamações, a solidariedade inumerável dos apertos de mão, a confirmação das teses do jovem candidato; todos quantos testemunharam a imensa festa popular que foi sua posse. Sem dúvida um dos mais notáveis atos cívicos da história do Estado, sabe que razão tem Odylo Costa, filho ao afirmar que “O Maranhão tomou consciência do progresso”.

Se o século XIX foi de esplendor cultural e pletora econômica para nossa Terra, o século XX representou para o Estado, no avançar de suas décadas, um caminho para a debilitação de economia que havia de agravar-se nos trinta últimos anos. (...).

Diante de um Brasil que ingressava fortemente na era industrial; de um nordeste que procurava (e com êxito) vencer o sub-desenvolvimento agudo. O Maranhão estático era a paisagem nacional. Mas 1965 foi o ano do grande despertar e o Povo, nas urnas, disse sim ao desenvolvimento. E consagrou o entusiasmo, a fé no progresso de um jovem de apenas 35 anos.

A reportagem aborda o início do governo de Sarney como sendo o grande divisor de águas na história do Maranhão. Onde antes havia subdesenvolvimento, a partir de seu governo, transformou-se em progresso, com a construção de rodovias, saneamento básico, universidades, indústrias e tantas outras.

As matérias que tratam da política nacional não fazem críticas ao governo de Costa e Silva, apenas informam suas realizações, com manchetes que demonstram sua atuação favorável principalmente no que diz respeito ao apoio econômico dado ao Governo do Maranhão.

As críticas percebidas, até então, aparecem nas colunas do jornalista Paulo Nascimento Moraes. E o jornal adverte que não se responsabiliza por colunas assinadas.

#### NA ROTA DA POLÍTICA INFLACIONÁRIA

*Ninguém poderá negar isto: Juscelino, o “peixe vivo” desmoralizou o nosso dinheiro (...). Construindo Brasília assegurou a “gordura” de muitos magnatas. (...). E Jango não foi menos pródigo. O gaúcho estragou o cruzeiro. Com a campanha em favor do presidencialismo foi “maravilhoso”! O plebiscito engoliu verbas e verbas espantosas. (...).*

*Costa e Silva já entrou na “ciranda” das emissões. E fora está o aumento da produção. Esta fixou-se nas atenções e está ainda submetida a cuidados. Não foi possível desenvolvê-la. (...). Com muitos governadores acumulam-se as dificuldades. Os recursos concedidos custam a ser liberados e quando os são é na base das concessões mínimas!*

*Com o povo o desalento. Com o povo o problema fome, miséria. (...). Costa e Silva está agora nas dificuldades. Os reflexos negativos de tal política econômica-financeira aí está “congelando” as esperanças. E pergunta-se quando o Brasil sairá do cerco desta política de meios e atendimentos desastrosos. Quando? Ninguém sabe. E o certo é esperar. Esperar que aconteça o milagre da multiplicação dos pães. Sim, é isto.*

*Mas Juscelino e Castelo foram mesmo comedores de fiados brasileiros. (JORNAL DO DIA, p.3, 13 jan. 1968).*

Dessa forma, Paulo Nascimento Moraes declarava sua insatisfação com o plano econômico do Governo Federal e denunciava os efeitos negativos acarretados na população pobre. Cujo problema seria consequência também de administrações anteriores.

Em outras colunas, expõe opiniões, de políticos, contrárias ao regime militar. Por exemplo, a coluna intitulada “Oposição e Governo” (24/01/1968, p. 3), revela as críticas que o ex-líder udenista, Carlos Lacerda, faz no jornal “Tribuna da Imprensa”, acusando o Presidente Costa e Silva de contrariar os objetivos do movimento de abril de 1964, no qual o próprio Lacerda foi um dos articuladores. Na coluna “Pacificação Nacional” (18/02/1968, p. 3), elogia a posição dos emedebistas segundo os quais a pacificação nacional deveria incluir “pressupostos básicos de anistia ampla e revogação de toda legislação de ‘arrocho’ que impede a retomada da normalidade democrática”.

Sobre a questão da censura, o JD publicou algumas matérias demonstrando a insatisfação de vários setores da sociedade.

Rio - O poeta Carlos Drumond de Andrade classificou como uma piada de mau gosto a sua indicação no Ministério da Educação e Cultura, para a presidência do Conselho Nacional de Censura. Disse que prefere ser censurado do que censurar. (p.1, 09 jan. 1968).

#### MANIFESTO CONTRA A CENSURA

Rio – Quase 300 pessoas, dentre atores, escritores jornalistas e cineastas, foram ontem à Associação Brasileira de Imprensa a fim de protestar contra a censura nos meios culturais do País. No final do encontro foi lançado um manifesto assinado por 297 intelectuais sob o lema “Contra a censura em defesa da cultura”, no qual denunciam a onda de intolerância que se abate sobre as atividades artísticas no País. (p.1, 10 jan. 1968).

#### ATENTADO CONTRA A CULTURA DA “ATHENAS BRASILEIRA”

Surpreendidos com o impedimento chocante do filme brasileiro, mundialmente aplaudido, “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, vimos protestar contra esta barreira cultural para a “Athenas Brasileira”.

(...).

Queremos saber por que o filme foi impedido. Era uma promoção da Secretaria do Governo do Estado; foi exibido no Sul, em muitas cidades do Nordeste, inclusive em nossa Caxias! Qual é o critério da censura no Maranhão? É diferente daquele do Sul? E será que o povo de São Luís é considerado criança, incapaz de julgamento adulto? Ou não merece um filme bom?

(...). (p.1, 16 fev. 1968).

O Jornal do Dia, nas edições analisadas – primeiro trimestre de 1968 – não exibiu manchetes contrárias aos interesses do Governo Federal. Na primeira página, no máximo divulgou notícias de protestos contra a censura e protestos de estudantes ocorridos no Rio de Janeiro. A economia e a política ao mesmo tempo em que foram criticadas em colunas assinadas, foram elogiadas nas manchetes de capa. O jornal priorizou as inaugurações das obras que faziam parte das festas comemorativas dos dois anos do governo Sarney. Tais obras foram noticiadas com certa euforia e informando, sempre, sobre a expectativa causada na população maranhense.

#### 4 O “MILAGRE BRASILEIRO” ATRAVÉS DA IMPRENSA.

Ao analisar o noticiário do “Jornal do Dia” de 1968, percebe-se o quanto esse ano foi agitado nas áreas política, econômica e social, principalmente com o impulso conseguido pelas mobilizações de massa. Segundo Boris Fausto (2003:477), 1968 não foi um ano qualquer.

Nos Estados Unidos, houve grandes manifestações contra a Guerra do Vietnã; na França, a luta inicial pela transformação do sistema educativo assumiu tal amplitude que chegou a ameaçar o governo de De Gaulle. Buscava-se revolucionar todas as áreas do comportamento, em busca da liberação sexual e da afirmação da mulher. *As formas políticas tradicionais eram vistas como velharias e esperava-se colocar “a imaginação no poder”.*

Dessa forma, o Brasil também foi influenciado por esse clima de manifestações, ficando mais nítido no plano da cultura em geral e da arte. Para Fausto, a morte do estudante secundarista, Edson Luís, pela Polícia Militar durante um protesto no Rio de Janeiro em março de 1968, foi o estopim para uma série de outras manifestações que ocorreriam em várias regiões do País.

No “Jornal do Dia” esse episódio foi noticiado com a seguinte manchete: “Violento choque entre policiais e estudantes” (p.1,29 mar.1968). Denunciou-se a brutalidade da Polícia Militar no trato com os estudantes. Essa mesma denúncia acompanhou o noticiário, nas edições seguintes, sobre o desenrolar das manifestações em outras capitais brasileiras. Mas, segundo o jornal, em uma região a situação foi diferente.

##### O Exemplo do Maranhão

O protesto ontem realizado pelos estudantes maranhenses pelo brutal assassinato de um seu colega na Guanabara foi sem dúvida um brilhante espetáculo democrático. Dentro da ordem, marcante pelo sentimento e pela bravura, os jovens maranhenses mostraram que os instrumentos da legalidade são sempre os melhores e que a violência não constrói.

Repudiaram a intromissão indébita de elementos estranhos à classe, extremistas sempre prontos a aproveitar o idealismo moço, e receberam a garantia do Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança, a isenção dos Comandos Militares da área, no sentido de usarem do direito constitucional da livre manifestação do pensamento. (...) (JORNAL DO DIA, p.1, 05 abr.1968).

Não se destacou os objetivos da manifestação nem seu desenrolar, mas sim o resultado de uma ação do Governo do Estado, o qual teria garantido a segurança dos estudantes e o direito de livre manifestação do pensamento.

Posteriormente, o jornal informou a repercussão positiva de tal atitude em capitais como Belo Horizonte, São Paulo e Guanabara. Pois o então governador José Sarney, segundo se noticia, teria não só concedido liberdade para os estudantes opinarem como também conseguido a obediência dos líderes universitários para que contivessem os excessos. (JORNAL DO DIA, p.1, 07 abr.1968).

Ao se divulgar as constantes manifestações estudantis ocorridas em todo o Brasil, procurou-se desvincular o governo Costa e Silva com a ação repressora da Polícia Militar, como se esta não estivesse inserida em um regime político que o Presidente ajudou a implantar, mas como se fossem ações independentes.

Por outro lado, publicou-se constantemente as notas emitidas pelo governo federal informando sobre seu desempenho em resolver os problemas dos estudantes. Em uma delas, intitulada “Costa diz que entende os estudantes”, (p.1, 29 jun.1968), anunciou-se que entre os principais pontos para a solução das causas estudantis estavam: estudar suas reivindicações e dar liberdade de pensamento e ação, desde que respeitem a ordem pública. E avisou que o governo ainda não tinha laçado mão “de todos os dispositivos legais, alguns deles violentos, para coibir as desordens”.

Mesmo quando se admitia que personalidades públicas criticavam o Presidente, a informação era dada a partir de quem as rebatiam, como na manchete “Apoio a Costa não é só de minoria”, onde para se rebater as críticas de que o Presidente teria o apoio apenas de uma minoria militar, publicou-se uma declaração de alguém importante no governo, como o marechal Justino Alves Bastos, candidato à presidência do Clube Militar, afirmando que

“Costa e Silva é um patriota e tem o apôio das Fôrças Armadas e das camadas populares”(p.1, 05 mai. 1968).

Não só nas manchetes de capa, mas também em alguns artigos, o jornal tentou mostrar a tolerância do Presidente em lidar com as manifestações populares, inclusive procurando soluções democráticas, mas ao mesmo tempo outros setores do governo estriam sinalizando para medidas mais repressivas, as quais se concretizaram em dezembro de 1968, com o AI-5.

Nos meses que antecederam ao AI-5, o JD publicou, constantemente, manchetes que anunciavam a posição contrária do presidente em editar outro Ato. Com a seguinte manchete “Costa recusou editar outro Ato” (p.1, 03 jul. 1968), cuja fonte não identificada, afirmou-se que o presidente preferia renunciar a editar outro Ato.

Em outra matéria, (p.1, 14 jul.1968), o Ministro Mário Andreazza disse que “enquanto o Presidente Costa e Silva for Presidente a Constituição será preservada e que qualquer endurecimento não ultrapassará os limites constitucionais”.

A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo. (FAUSTO, 2003:480).

Quando o AI-5 foi publicado, o JD ressaltou a ótica do Governo através dos pronunciamentos de militares e políticos situacionistas, que tentavam justificar a necessidade do novo Ato. Dessa forma, trabalhou-se a idéia de que era necessário assegurar os princípios da denominada, Revolução de 1964.

O então Comandante do 4º Exército, gal. Souto Malan, afirmou que para cumprir o AI-5, algumas medidas deveriam ser tomadas, “mas somente nos casos absolutamente

necessários e com estrito senso de justiça de modo a preservar a dignidade humana” (p.1, 18 dez. 1968).

José Sarney também se manifesta favorável ao novo Ato. Seu posicionamento, elogiando a atitude de Costa e Silva, é estampado na primeira página do JD (18 dez. 1968).

O próprio presidente explicou sua medida afirmando que “a preocupação máxima do governo tem sido a programação geral e o seu programa estratégico e a luta pelo seu desenvolvimento” (p.1, 19 dez.1968).

Para o Ministro da Fazenda, Delfim Neto, o Ato reforçava o combate à inflação a qual seria combatida por medidas enérgicas (p.1, 29 dez. 1968).

As notícias sobre o governo federal transmitiam normalmente, idéias de ordem, firmeza e democracia. Ditadura era o que poderia vir a acontecer se as manifestações estudantis e de trabalhadores, caracterizadas como “perturbações da ordem”, não parassem. Os pronunciamentos de Costa e Silva viraram manchetes em grande número de edições. Além disso, geralmente eram confirmadas por pronunciamentos de políticos ou militares.

O Jornal do Dia foi utilizado constantemente pelo governo federal, a fim de divulgar os méritos de sua política econômica, a qual estaria se encaminhando para uma independência do capital externo. Dessa forma são freqüentes as manchetes, posicionadas de forma estratégica (parte superior da página), anunciando os valores liberados pelo governo federal para a realização de obras.

**BNB financia DER: mais de 5 bilhões para rodovia.**

Em cerimônia que terá amanhã, será assinado o contrato de empréstimo entre o Banco do Nordeste do Brasil S/A e o Governo do Estado do Maranhão com a interveniência da SUDENE e do Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de NCr\$ 5.713.000,00 ( cinco bilhões, setecentos e treze milhões de cruzeiros antigos), para aplicação em serviços básicos.(...) (JORNAL DO DIA, p.10, 26 jan. 1969).

**Cals anuncia mais recursos para COHEB: NCr\$ 45 milhões.**

Recife – O Coronel César Cals regressou a Recife anunciando que foi aprovado pelo BNDE financiamento de vinte e nove bilhões de cruzeiros velhos à COHEB para prosseguir a montagem do sistema de transmissão em 69 KV, beneficiando cidades do Maranhão, Piauí e Ceará. Acrescentou que a ELETROBRÁS se prepara para subscrever mais dezesseis bilhões em ações da COHEB. (...) (JORNAL DO DIA, p.8, 15 fev. 1969).

BNB executará programa de 10 milhões para ruralistas. Os produtores rurais nordestinos cujo patrimônio não vá além dos NCr\$ 96 mil, terão à sua disposição a expressiva soma de NCr\$ 10 milhões para o financiamento de investimentos rurais, conforme convênio firmado no dia 3 deste mês entre o Banco Central, Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco do Nordeste do Brasil.(...) ( JORNAL DO DIA, p.5, 21 fev. 1969).

As verbas federais enviadas para o Maranhão são amplamente divulgadas, ressaltando-se a influência de Sarney no governo militar. O Estado recebe, nesse período, as visitas de várias personalidades importantes no meio político como: senadores, ministros, deputados federais e dos Presidentes Costa e Silva e Médice.

As vindas dessas autoridades eram marcadas por inaugurações de obras públicas e ampla cobertura do JD, que divulgava desde os preparativos para a chegada, até a repercussão do acontecimento. Assim sendo, o mesmo tema era desenvolvido em várias edições. As fotos dos eventos pareciam se repetir: Sarney ao lado da autoridade, cercado de políticos e assessores em meio a uma obra.

Em alguns momentos, para se ilustrar diferentes situações com os mesmos personagens, as fotos eram mesmo repetidas. Quando a matéria se referia a algum tema cuja principal personalidade fosse Sarney, a foto que mais aparecia o mostrava de perfil com um olhar para o horizonte.

Quando foi confirmada a candidatura de Sarney ao Senado, em 1970, quem apenas lesse a manchete “SARNEY SENADOR” (p.1, 10 mai. 1970) e olhasse a foto estampada no jornal, pensaria que ele já tivesse sido eleito, pois publicou-se a mesma foto de sua comemoração de dois anos de governo do Maranhão, onde aparece cercado de pessoas, em nível superior, de braços abertos, com o “v” da vitória e sua esposa Marly em primeiro plano, nível inferior e acenando sorridente (p.1, 31 jan. 1968).

A matéria sobre sua candidatura ao Senado, trata de seu desembarque no Aeroporto Internacional do Tirirical, por volta das três horas da madrugada. A foto, dois anos atrasada, passa uma impressão de que uma multidão o aguardava. Mesmo não tendo



nenhuma imagem do episódio, o jornal afirma que Sarney foi recebido por políticos, Secretários de Estado e diretores de repartições.

A indicação do General Garrastazu Médici à Presidência da República foi noticiada como uma esperança para os trabalhadores. Com a manchete “Trabalhadores Manifestam Apoio ao Novo Presidente”, no alto da página, acompanhada da foto do rosto de Médici, ao centro, o jornal noticia:

RIO – O General Garrastazu Médici, que deverá substituir o Marechal Costa e Silva na Presidência da República, seguiu para Porto Alegre num AVRO da Presidência da República, a fim de participar das festividades de aniversário de um de seus filhos. O General Médici já recebeu mensagens de congratulações pela sua indicação à Presidência, do Xá do Irã, e do Governador Luís Viana Filho. Por outro lado, nota oficial da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, afirma que as declarações do General Garrastazu Médici durante seu pronunciamento à Nação, coincidem com o pensamento e aspirações das lideranças trabalhistas. (JORNAL DO DIA, p. 1, 09 out. 1969).

Constrói-se a idéia de que Médici representa uma esperança aos trabalhadores a fim de manterem uma nova relação com o governo, que lhes seja favorável.

Sarney também divulga uma nota de boas vindas a Médici.

“As declarações do general Garrastazu Médici causaram a melhor impressão possível nesta região,” (...).  
 “(...) O conhecimento que tive com Sua Excelência, como membro do Governo do eminente brasileiro Marechal Costa e Silva, deram-me sempre a impressão de um homem de grande inteligência, honrado e sereno, além de conhecedor profundo dos problemas nacionais”. (JORNAL DO DIA, p. 1, 12 out. 1969).

Com Médici na Presidência, a propaganda da política-econômica do governo, no jornal, se intensifica com manchetes chamativas: “Servidores: 23% de aumento” (p. 1, 25 dez. 1969), “Meio-Norte: Progresso chegou” (p.1, 08 abr. 1970), “Transamazônica provará ao mundo maturidade do Brasil” (p.5, 16 out. 1970), “Estímulos permitirão indústria competir no plano internacional” (p.5, 30 out. 1970), “Classes Produtoras apóiam metas e bases do govêrno” (p.5, 04 nov. 1970), “Delfim Neto: 1971 será ano da indústria de base” (p.4, 29 nov. 1970), “US\$ 14 Milhões para rodovia: Maranhão será beneficiado” (p.10, 03 dez. 1970).

No segundo semestre de 1970, o Jornal do Dia entra em campanha explícita para José Sarney e Alexandre Costa, para o Senado. Dessa forma, o jornal apresenta-se como um diário de viagem da caravana sarneísta, na capital e no interior do Estado.

Com várias matérias ilustradas por fotos (repetitivas, diga-se de passagem) mostrando a multidão de braços levantados, acompanhadas por outra foto, enquadrando Sarney, logo acima, as manchetes dão por certa a vitória de ambos. “Arena unida conduz partido a uma segura Vitória Esmagadora” (p.1, 28 out. 1970), “Caravana da vitória na baixada” (p.1, 30 out. 1970), “Ideais do progresso unem maranhenses na vitória da ARENA” (p.1, 11 nov. 1970).

Nesse período, o jornal não só fez campanha para o grupo Sarney, como também se deteve em denegrir a imagem de seus adversários e de quem se aliasse a eles.

Com a mudança no governo de Estado, mesmo o novo líder, Pedro Neiva, sendo apoiado por Sarney e, portanto, pelo Jornal do Dia, este passou a focar mais a política do governo federal, deixando as notícias locais em segundo plano. Dessa forma, as ações da política-econômica de Médici ganharam as manchetes do JD em 1971.

#### OUTRO PROJETO IMPACTO: BATALHA DO AÇO.

Rio – O Governo e seus órgãos técnicos estão se reorganizando, para o fortalecimento e expansão da indústria siderúrgica nacional, afim de enfrentar nova etapa do nosso desenvolvimento. 1970 foi o ano do planejamento, sendo que em 1971, terá início a sua realização, que é um passo decisivo para a emancipação nacional. Estas foram as palavras do Presidente Emílio Garrastazu Médici ontem em Volta Redonda, ao anunciar o novo plano de expansão da siderurgia nacional, momentos antes de inaugurar a Fábrica de Perfis Soldados “Marechal Artur da Costa e Silva”. (JORNAL DO DIA, p.1, 08 jan. 1971).

A política do “milagre brasileiro” foi financiada pelo capital externo, tornando o País cada vez mais endividado, mas a propaganda do governo sempre ressaltava que a meta que se estava seguindo levava o Brasil a uma independência econômica.

## 5 CONCLUSÃO

O jornal pode ser utilizado como um poderoso instrumento de persuasão na construção da opinião pública. Para tanto, utiliza-se de técnicas e recursos jornalísticos que cercam a notícia de tal forma, que a percepção do leitor é induzida à mensagem que se quer transmitir.

Por mais que o jornal seja sutil ao utilizar-se de tais técnicas, ainda assim pretende ser um formador de opinião, pois ao tentar passar a idéia de imparcialidade, almeja adquirir a confiança dos leitores, e dessa forma, pode torná-los mais acessíveis.

O Jornal do Dia, desde sua fundação, teve como propósito a defesa do grupo político ao qual seu proprietário pertencia. Mesmo mudando de mãos algumas vezes, não deixou de privilegiar a notícia sobre política, ficando seu posicionamento sempre bem evidente.

Foi um dos colaboradores da expansão da propaganda da política-econômica do regime militar, denominada “milagre brasileiro”. Sendo assim, tratou de noticiar constantemente as obras do governo militar, o qual era mostrado como democrático. Mesmo depois da divulgação do AI-5, a política dos militares não foi tratada com idéias e conceitos que lembrem um regime ditatorial.

O jornal destacou a ideologia dos militares através dos vários pronunciamentos de personalidades influentes no governo e das notícias produzidas sob a ótica do regime. Sendo assim, procurou-se justificar a decretação dos Atos Institucionais como uma necessidade para garantir a democracia e o desenvolvimento econômico do País. A única atitude do governo com a qual o jornal demonstrou, embora de forma cautelosa, sentir-se incomodado, foi a censura aos meios de comunicação.

## REFERÊNCIAS

## A- LIVROS:

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 3ª ed. Ijuí-RS: Editora Vozes, 1982.

BULIK, Linda. **Controle da Informação no Brasil**, in SOARES, Ismar de Oliveira e PUNTEL, Joana. *Segurança do povo: desafio á comunicação*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo**: Lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís:LITHOGRAF,1998

CAVALCANTE FILHO, José Paulo. **Informação e Poder**. Recife: Fundação de Cultura, 1994.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Ed. Moderna, 1994, Col. Polêmica.

COSTA, Wagner Cabral da. (org.) **História do Maranhão**: Novos Estudos. São Luís: Edufma, 2004.

FALCON, Francisco. **História e Poder** in CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História**. RJ: Campus, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. – (DidáticaI).

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, ditadura e imaginação social no Brasil**. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. SP:Paz e Terra, 1993.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. SP: Companhia das Letras, 2002.

GOUVÊA, Maria de Fátima da S. **A História Política no Campo da História Cultural**. Vol. 3, 1998.

GALVÃO, M. F. S. **Visão dos jornais maranhenses sobre o golpe de 64: uma análise das relações históricas entre Imprensa e Poder**. Artigo da monografia de conclusão do curso de História, apresentado no Encontro da ANPUH-MA, São Luís: 2004.

MAGNOLI, Demétrio. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Política e imaginário nos meios de comunicação para massas no Brasil**. São Paulo. Summus Editorial, 1985.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**, 2ª ed. São Paulo: Global, 1980.

MUNAKATA, Kazumi. **Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil**, in FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**: 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64**, in TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: Visões Críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. cap. 2.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 1977.

#### B- JORNAIS

**Jornal do Dia**. São Luís, p. 1, 02 jan. 1968.

**Jornal do Dia**. São Luís, p. 1, 09 jan. 1968.

**Jornal do Dia**. São Luís, p.1, 11 jan. 1968.

**Jornal do Dia**, São Luís, p.3, 13 jan. 1968.

**Jornal do Dia**. São Luís, p. 1.20 jan.1968.

**Jornal do Dia**, São Luís, p.1, 21 jan. 1968.

**Jornal do Dia**. São Luís, p. 3, 24 jan. 1968.

**Jornal do Dia**, São Luís, p. 1, 29 de jan. 1968.

**Jornal do Dia**, São Luís, p. 1, 31 de jan. 1968.

**Jornal do Dia**, São Luís, p.1, 10 fev. 1968.

**Jornal do Dia**. São Luís, p. 1, 16 fev. 1968.

**Jornal do Dia**, São Luís, p. 8, 16 fev. 1968.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 3, 18 fev. 1968.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 29 mar. 1968.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 05 abr. 1968.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 07 abr. 1968.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 05 mai. 1968.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 03 jul. 1968.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 14 jul. 1968.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 18 dez. 1968.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 19 dez. 1968.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 29 dez. 1968.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 10, 26 jan. 1969.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 8, 15 fev. 1969.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 5, 21 fev. 1969.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 09 out. 1969.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 12 out. 1969.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 25 dez. 1969.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 10 mai. 1970.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 8 abr. 1970.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 5, 16 out. 1970.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 5, 30 out. 1970.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 5, 4 out. 1970.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 28 out. 1970.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 4, 29 out. 1970.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 30 out. 1970.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 11 nov. 1970.

**Jornal do Dia.** São Luís, p. 1, 08 jan. 1971.



ANEXO I

Sarney aos militares:

**“A HISTÓRIA CONSOLIDARÁ A FIGURA DE CASTELO BRANCO”**

Exaltando a figura do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, dizendo que é, sem dúvida, uma das figuras luminares da História do Brasil, o Governador José Sarney discursou por ocasião da inauguração do edifício de apartamentos para oficiais do Exército, situado ao lado do prédio da 27ª CSM.

(...).

**DISCURSO DO GOVERNADOR.**

Eis na íntegra o discurso do Governador José Sarney, pronunciado na manhã de ontem:

— “É com grande satisfação que mais uma vez participo de uma homenagem à memória do Presidente Castelo Branco.

Sabem todos que me ligava àquele homem público, uma profunda amizade. Mas, muito mais do que isso uma grande admiração.

Constituiu o Presidente Castelo Branco uma das figuras luminares da História do Brasil. Essa história, à proporção em que for sendo escrita consolidará a figura do marechal Castelo Branco que num momento tão difícil da vida nacional assumiu os duros encargos de salvar a nação do caos. E essa figura irá pouco à pouco fixada naquelas definitivas que a história reserva para grandes homens. E posso afirmar aos militares do Exército que aqui se encontram, que na História do Brasil será motivo de grande orgulho e satisfação pelos anos de futuro ter saído do Exército Brasileiro um cidadão tão alto de virtudes e tão grande no seu idealismo. Não devemos esquecer nunca que o presidente Castelo Branco assumiu a presidência num momento dramático de nossa História, de mudanças bruscas de rumo, e com uma força inabalável, com um espírito a toda prova soube, sem nenhuma consideração que não fosse a do futuro do Brasil, procurar organizar a Nação, formar uma estrutura legal, proceder a uma estruturação constitucional e restaurar o processo de desenvolvimento que havia sido detido. O presidente Castelo Branco tinha a preocupação constante de uma vocação democrática que ele trazia das forças Armadas Brasileiras. E nunca perdeu de vista o objetivo supremo e que nós devíamos alcançar e que era o objetivo democrático.

Êle mesmo, em todos os instantes em que tinha de tomar medidas de exceção tinha consciência da Transitoriedade dessas medidas. Elas eram necessárias à restauração da ordem, pois com a desordem ninguém pode almejar, nem a tranqüilidade, e nem a grandeza do futura da Pátria.

E neste momento, neste dia de hoje, em que as contingências humanas nos fazem sempre buscarmos fatos presentes relação com os fatos do passado, nós brasileiros, podemos dizer que temos orgulho da vocação democrática do Brasil e das Forças Armadas, principalmente no momento em que assistimos a um povo que busca a liberdade como o povo tcheco ser trucidado pela violência totalitária.

E assim, num momento difícil do mundo, nós devemos, como brasileiros, louvar a índole democrática das Forças Armadas do Brasil, e compreender que nos momentos em que elas têm que tomar medidas de exceção, tem como objetivo maior, os objetivos da ordem, da tranquilidade do futuro e da liberdade do povo brasileiro. Com este objetivo, com esta determinação nós podemos aqui reunidos neste lado do maranhão evocar a figura do Marechal Castelo Branco como um homem retilíneo, com uma personalidade lapidada que soube olhar o Brasil no seu futuro, soube construir o presente, e sobretudo sempre soube que, acima das obras materiais estão as decisivas obras espirituais que constituem a vocação humana de cada um de nós.

Assim neste instante em que evocamos a figura do marechal Castelo Branco eu me congratulo com os oficiais da Guarnição Federal do Maranhão pelo gesto da escolha do nome do Marechal Umberto de Alencar Castelo Branco, congratulo-me com o sr. Comandante da 10ª Região Militar e congratulo-me com o Presidente da República, Marechal Costa e Silva por saber continuar essa vocação de ordem rumo aos altos objetivos que o Presidente Castelo Branco marcou com o seu Governo". (JORNAL DO DIA, p.5, 23 ago. 1968).

ANEXO II

Manchete principal (Jornal do Dia, p. 18, dez. 1968).

**NAÇÃO ENLUTADA: FALECEU COSTA E SILVA.**

Editorial (Jornal do Dia, p. 18, dez. 1968).

### **TESTEMUNHO**

No dia 4 de setembro passado dizíamos em nosso editorial:

“O que feriu este rijo corpo, esta saúde de touro do velho soldado, Presidente Costa e Silva? Ninguém tem dúvida de que foi o trabalho. O esforço além do possível para cumprir as suas tarefas, ganhar o tempo e chegar a setembro com a normalidade constitucional implantada. Não escolhia nem dia nem noite. A sua labuta era a procura do melhor caminho em meio a dificuldades e resistências.

O Marechal Costa e Silva demonstrou neste período tempestuoso qualidade excepcionais de chefe. *Enérgico mas tolerante e humano*”.

Não quis Deus voltasse o Marechal Costa e Silva, ferido então por grave enfermidade, se recuperasse para reassumir, com aquelas notórias qualidades, a chefia da Nação no grave momento em que, entre vicissitudes e problemas, procura implantar as vias do futuro. Tombou o ilustre soldado e estadista que, depois de longa vida de serviços ao País nas Forças Armadas mais as honrou servido como serviu ao País, quando, com um esforço persistente se empunhava por assegurar ao Brasil a Democracia a que sempre se mostrou fiel mesmo quando o mister de defendê-la o compeliu a medidas excepcionais.

Perde a Nação um eminente soldado estadista; perde o Maranhão um inesquecível sustentáculo de seu direito ao desenvolvimento. As grandes obras redentoras aí estão a testá-lo em via final de realização: é que nunca faltou o Marechal Costa e Silva aos apelos maranhenses cujo atendimento abre ao nosso Estado as porta do futuro.

Perde a Democracia um firme propugnador, a cujo devotamento muito se deve das novas perspectivas com que seu ilustre sucessor, o Presidente Garrastazu ilumina o horizonte nacional.

A Nação se enluta por seu desaparecimento. Mas a História há de consignar seu nome na galeria dos que constroem a grandeza da Pátria.

## ANEXO III

Manchete principal (JORNAL DO DIA, p.1, 15 mai. 1970).

**“Sarney a seu povo: Lutei e sofri, mas Plantei Esperanças.”**

Editorial (JORNAL DO DIA, p.1,15 mai. 1970).

### **ATÉ SEMPRE**

A História não tem sido fértil, nestas paragens, em grandes momentos democráticos marcados pela chegada ao Poder de governantes nos braços e aclamações do Povo. E se raríssimos são os homens públicos que têm a felicidade dêsse momento consagrador, ainda mais raros são os exemplos de governantes que nos braços e aclamações do Povo deixem o exercício do Poder: ou porque frustrem desastrosamente as expectativas, ou porque hajam denegado promessas e compromissos quando não por haverem conspurcado os mandatos.

Do Maranhão, pelo que se vira em 31 de janeiro de 1965 e pelo que ontem se reproduziu, ampliadamente, não se poderá dizer que não é terreno apto a produzir excelentes frutos de Democracia. Naquela data, efetivamente, subia ao Poder, consagrado pela maioria absoluta da vontade maranhense, um jovem de apenas 35 anos sôbrecarregado da responsabilidade imensa de anseios e esperanças por tantos anos postergados. E na praça pública o Povo, que o elegera traduzia em impressionantes ovações a entusiástica confiança em que capacidade de fazer que florescessem esperançosamente seus anseios.

Não foram necessários mis do que quatro breves anos ao Governador Sarney para que traduzisse expectativas em esplêndidas realidades. Da promessa de trabalho devotado, seu único e bastante compromisso com o Povo, brotaram milhares de quilômetros de estradas, milhares de unidades escolares,dezenas de milhares de kilowatts de energia, hospitais, empreendimentos industriais e agropecuários somando 300 milhões de cruzeiros novos, marcantes obras de urbanismo, a dignificação do exercício do Poder, a tranqüilidade – frutos do desenvolvimento quando concebido como progresso com justiça social.

Tudo compondo uma sonhada realidade de que o Maranhão era há decênios o grande ausente. Nunca, em nossa História, um homem conseguiu realizar tanto em tão pouco tempo e para tantos, para parafrasearmos Winston Churchill, como o Governador José Sarney.Por isso a multidão ontem, na praça, estava como que transida pela confusão de profundos sentimentos: entre o reconhecimento comovido ao construtor do futuro do Maranhão, o sentimento de sua ausência e a certeza da indissolubilidade de sua obra cuja

continuidade estava sendo confiada a boas mãos com a transmissão do Governo ao dr. Antônio Dino.

A História gravará, indelevelmente aquele momento como imagem indestrutível da indestrutível solidariedade do Povo maranhense com seu grande líder. E se, como se afirma, têm os Povos o Governo que merecem, muito merecem os maranhenses pelo Governador por ter sido dêles merecido.

Quando um homem público pode deixar o Poder entre aclamações e emoções testemunhadoras de que continua no coração de sua gente não é um adeus ou uma despedida. É, realmente até sempre.

Até sempre, Sarney!